

Dívida chega a 61,9% do PIB

Patamar recorde foi provocado pelo dólar e deve recuar em agosto, mas preocupa analistas

Editoria de Arte

Luciana Rodrigues

A disparada do dólar nos últimos dias do mês passado fez a dívida líquida do setor público bater novo recorde em julho: R\$ 819,4 bilhões, o equivalente a 61,9% do Produto Interno Bruto (PIB, conjunto das riquezas produzidas pelo país). Economistas e analistas do mercado garantem que esse patamar vai diminuir em agosto, pois o dólar já recuou. Mas afirmam que a trajetória do endividamento é preocupante: as estimativas são de que a dívida fique pouco abaixo de 60% do PIB em dezembro, contra 53,3% no fim do ano passado e 49,4% em 2000.

Em julho, o dólar teve um efeito decisivo no aumento da dívida. Justamente no dia 31, a moeda americana atingiu o maior nível do ano, de R\$ 3,425 na taxa Ptax, cotação média do dia que corrige o estoque da dívida pública. Para se ter uma idéia de como o câmbio pode ter um impacto favorável em agosto, ontem a taxa Ptax estava em R\$ 3,095, ou seja, 9,64% abaixo do fim de julho.

— Se o câmbio ficar no nível atual, em agosto a dívida já volta para menos de 60% do PIB — diz o economista Fábio Giambiagi, do BNDES.

Hoje, mais da metade da dívida pública brasileira é atrelada ao dólar. O economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, afirma que o desafio do próximo governo será convencer o mercado de que cumprirá o esforço fiscal necessário para manter a dívida sob controle. Pelo acordo com o FMI, a meta é de um superávit primário (receitas menos despesas, sem contar juros e correção monetária) de pelo menos 3,75% do PIB ao ano, até 2005. Velloso acredita que, retomada a confiança do mercado, a tendência é de queda no dólar.

— A dívida é preocupante e a principal variável, hoje, é o câmbio. Do lado fiscal, as mudanças levam tempo para serem implantadas. Por isso, de certa forma, o governo está de mãos atadas — diz Velloso.

Esforço fiscal maior afetaria crescimento

- Mas alguns analistas temem que um esforço fiscal maior possa comprometer o crescimento da economia, piorando a relação entre dívida e PIB. O economista Lauro Vieira de Faria, da FGV-Rio, acredita que, se o endividamento continuar subindo, o mercado financeiro irá pedir um arrocho fiscal acima dos 3,75% do PIB.

— Os 3,75% não parecem suficientes para estabilizar a dívida. Mas, se o governo fizer um esforço maior, pode entrar num círculo vicioso: o arrocho afeta o crescimento da economia, a relação entre dívida e PIB sobe e, então, a exigência de superávit fiscal fica ainda maior — diz.

Por isso, Faria afirma que a melhor opção seria a retomada do crescimento econômico, para que o esforço fiscal seja feito via aumento de arrecadação com a expansão do PIB.

Já Alexandre Bassoli, economista-chefe do HSBC Investment Bank, acredita que, se o câmbio ficar estável, o superávit primário de 3,75% é capaz, no longo prazo, de reduzir a dívida pública. Para isso, são necessários juros reais de 10% e crescimento econômico de 3% ao ano. Pelas estimativas do HSBC, nesse cenário, a relação entre dívida e PIB recuará para 54,8% em 2003.

A evolução do endividamento

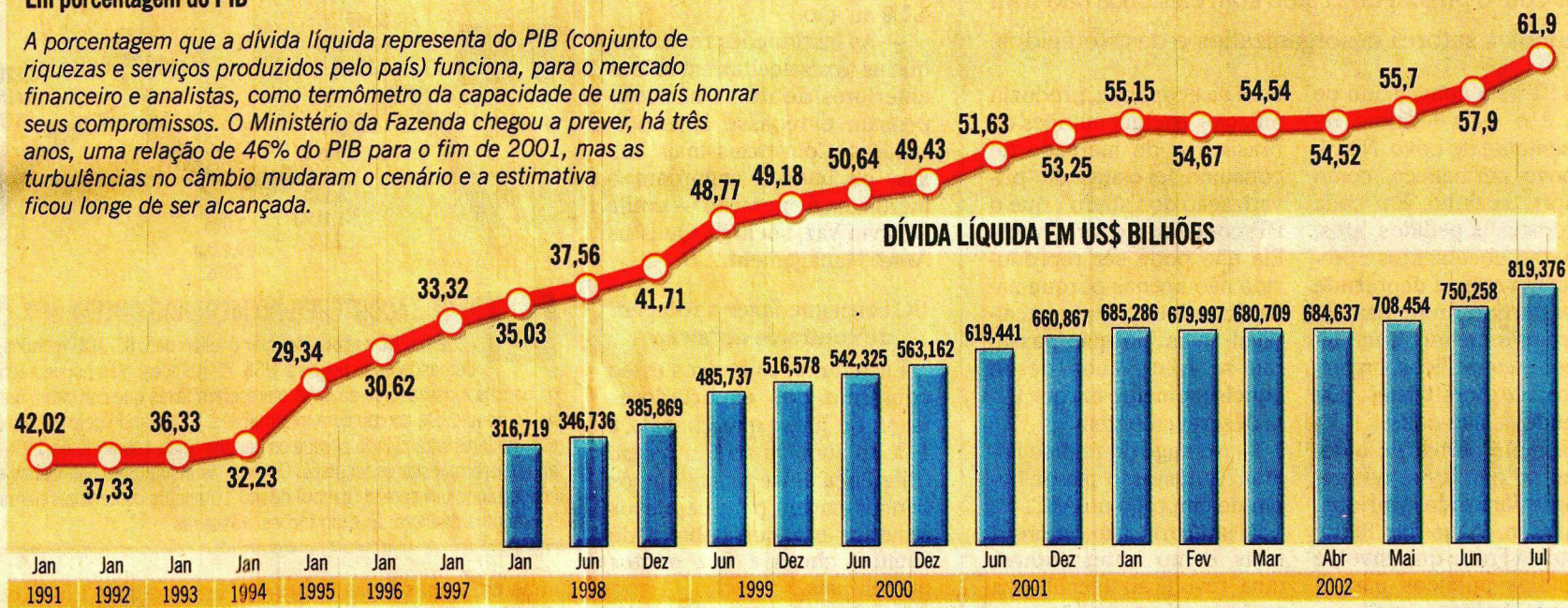


DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO

Descontados os ativos que o governo tem a receber

Em porcentagem do PIB

A porcentagem que a dívida líquida representa do PIB (conjunto de riquezas e serviços produzidos pelo país) funciona, para o mercado financeiro e analistas, como termômetro da capacidade de um país honrar seus compromissos. O Ministério da Fazenda chegou a prever, há três anos, uma relação de 46% do PIB para o fim de 2001, mas as turbulências no câmbio mudaram o cenário e a estimativa ficou longe de ser alcançada.



FONTE: Banco Central